

REFLEXOS DO PENSAMENTO MILITAR ROMANO NAS ESTRUTURAS MILITARES BRASILEIRAS: O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO E A DISSOCIAÇÃO DO PREPARO E DO EMPREGO NO ESCALÃO BRIGADA.

Rafael Cunha de Almeida¹

Orientador: Eduardo Henrique de Souza Martins Alves²

RESUMO

Este trabalho busca reflexos do pensamento militar romano na estrutura do Serviço Militar Obrigatório no Brasil, visualizando-os no pensamento militar brasileiro da 1ª República até a atual documentação de Defesa não só no SMO, mas em considerações político-filosóficas e estratégicas oriundas da linha de pensamento militar ocidental baseada na dissuasão, sintetizada por Vegécio na frase “se queres a paz, prepara-te para a guerra”. A publicação da atual documentação brasileira de Defesa poderia ser conceituada como a sistematização de um “pensamento brasileiro de Defesa”, pois reúne as concepções atuais do Estado brasileiro, recepcionando o conceito de dissuasão e chamando toda a sociedade para a importância do tema. Como conclusão, é apresentada uma proposta de separar a formação dos soldados oriundos do Serviço Militar Obrigatório (SMO) do adestramento dos corpos de tropa, conforme a solução romana a este problema. Esta integrava a captação de recursos humanos pelo SMO, a dissociação do preparo e do emprego nos corpos de tropa, uma parcela de soldados profissionais e uma proporção adequada entre soldados recrutas e os que permaneciam por maior período em serviço. Isto permitiu aos romanos a manutenção dos princípios estratégicos de capacidade de pronta-resposta e elasticidade, tais como exigidos hoje na documentação brasileira de Defesa.

Palavras-chave: Pensamento militar romano, Pensamento brasileiro de Defesa, Processo de Transformação do Exército Brasileiro, Serviço Militar Obrigatório no Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Utilizando o método histórico, observamos conceitos do pensamento militar ocidental no pensamento militar brasileiro da 1ª República até o tempo presente, não só no Serviço Militar Obrigatório (SMO), mas em concepções político-filosóficas e estratégicas diversas derivadas do conceito de dissuasão. São referenciados então conceitos e autores relativos à necessidade da obrigatoriedade da participação do indivíduo na defesa do Estado, adotando o referencial de Vegécio, “se queres a paz, prepara-te para a guerra” para exemplificar o pensamento militar ocidental clássico de dissuasão. Tendo o Brasil se deparado com problemas geopolíticos semelhantes aos romanos,

¹ O autor é Major da Arma de Cavalaria do Exército Brasileiro, Mestre em Ciências Militares pela ECEME.

² O orientador é Coronel da Reserva, Bacharel licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense, especialista em História Militar pela UNIRIO e instrutor da ECEME

encontramos soluções similares, por vezes incidindo nas mesmas deficiências. Estes reflexos se materializariam por meio da mesma solução a problemas militares ou pela adoção de conceitos e práticas oriundos do pensamento militar romano. Uma destas questões é a necessidade de, mantendo o SMO conforme a END³, dissociar o adestramento da tropa da formação de soldados, como indica o Manual do Processo de Transformação do Exército Brasileiro (MPTEB). Como conclusão, é analisada a solução adotada pelas legiões romanas, a criação de Organizações Militares (OM) de formação de soldados no escalão brigada. Com adaptações e atualizações, evitar-se-iam modelos que incidam na perda da capacidade de ampliar efetivos (elasticidade), dissociando preparo/emprego sem abrir mão do SMO, permitindo o acesso dos voluntários em outros períodos que não o do ano do alistamento e a recepção de uma parcela de soldados profissionais com plano de carreira. Desenvolvendo uma solução nacional, mista, recorreremos à análise de exemplo histórico para selecionar uma forma adequada à necessidade de defesa brasileira atual e para o longo prazo do MPTEB, em 2030.

A Política de Defesa Nacional (PDN) estipulou objetivos e diretrizes no nível decisório político para o planejamento de defesa, possibilitando publicações nos demais níveis, como a Estratégia Nacional de Defesa (END) e a Estratégia Braço-Forte (EBF). Estas impulsionaram mudanças no EB, as quais são visualizadas sob a ótica da transformação; o desenvolvimento de novas capacidades para desempenhar novas funções de combate (MPTEB, 2010). As transformações, adaptações e modernizações não são novidades na história do EB, podendo ser citados o “Projeto Mallet”, as reformas de Hermes da Fonseca, as iniciativas dos “Jovens Turcos” divulgadas na revista “A Defesa Nacional” e o Projeto FT 90 no final do século XX. Seu estudo demonstra pontos comuns com o atual processo de transformação, alguns relativos à solução de questões estratégicas do EB que persistem até o tempo presente, outros em torno de concepções político-filosóficas e estratégicas do pensamento militar ocidental de dissuasão, sistematizado pelo pensamento militar romano.

Todos os processos brasileiros de mudanças militares versavam sobre a melhor articulação das tropas no território nacional, capacidade de pronta-resposta, captação de recursos humanos e recompletamento de material/equipamento. Todos foram incompletos, interrompidos ou retardados por questões orçamentárias, falta de recepção adequada pela sociedade ou do nível decisório político. Um diferencial cabe a partir da PDN, pois traz a responsabilidade e a recepção pelo nível político do envolvimento da sociedade neste processo. Nisto se assemelha à reforma de Hermes, a qual recepcionada pelo nível político logrou ser parcialmente realizada (McCANN, 2009) após conscientização do meio acadêmico e da sociedade pela campanha de Olavo Bilac e da sensibilização dos responsáveis pela dotação orçamentária do governo de que gastos com Forças Armadas são investimentos e não despesas⁴. A PDN possibilitou, diferindo das demais, a formulação de uma

³ Diretriz Nacional de Defesa Nr 23 da END.

⁴ Um exército [...] não pode absolutamente obedecer só ao critério orçamentário; a manutenção de um exército [...] só se faz à custa de sacrifícios do país, pela consideração é mister prepararmos o instrumento de nossa

documentação nos demais níveis decisórios, porém partindo do nível político. Também completaria, segundo observação deste autor, a sistematização de um “pensamento brasileiro de Defesa”, pois amplia o “pensamento militar brasileiro”⁵ (já que o conceito Defesa seria mais amplo) estendendo-o, ao menos na intenção oficialmente documentada, aos demais setores decisórios e da sociedade. Não que isto não tenha sido tentado anteriormente, porém a recepção ao tema Defesa - ainda que possa ser considerada lenta - parece ser mais abrangente, conforme demonstra a discussão na mídia sobre a compra de aeronaves pela Força Aérea, a criação de associações de estudos e de cursos universitários ligados ao tema Defesa. Historicamente, a lacuna entre a formulação e a implementação de políticas em geral era grande no Brasil (McCANN, 2009, p. 275), e aparenta continuar sendo. Em uma visão crítica, talvez seja incipiente a divulgação do imperativo da preparação de Defesa aos demais escalões políticos, bem como a necessidade de leis que permitam adequação orçamentária à estatura geopolítica brasileira argumentada com base em investimentos e não em “gastos militares”.

2 RESULTADOS

As semelhanças nos processos históricos não se restringem à implementação de medidas, estendendo-se à formulação de concepções político-filosóficas e estratégicas com reflexos do pensamento militar romano. Entendendo-o como a sistematização do pensamento militar ocidental clássico, notadamente a concepção de dissuasão, visualizamos materialidades destes aspectos no pensamento militar brasileiro dos processos anteriores e estes sendo recepcionados, ainda que não diretamente citados, pela atual documentação brasileira de defesa. Dentre eles, citamos a linha de pensamento militar ocidental baseada nos princípios filosófico-políticos e estratégicos da dissuasão, a elasticidade dos exércitos (capacidade de aumentar efetivos rapidamente), a capacidade de pronta-resposta das forças militares, o “módulo brigada”, a necessidade de preparação para a guerra convencional, a articulação de emprego de tropas no território nacional e seus três princípios estratégicos (monitoramento/controle, mobilidade e presença), o escalonamento de emprego de tropas (e não de capacidades), dotação orçamentária de defesa fixa para custeio e derivada de impostos específicos para investimentos, a obrigatoriedade da participação do indivíduo na defesa do Estado e a dissociação do preparo e do emprego na formação de soldados. Como resultados, apresentamos estes pressupostos do pensamento militar ocidental, adotados ou formulados pelos romanos, estando presentes na atual documentação de defesa. Conclui-se então sobre uma proposta, conforme determinado na PDN, de que o Ministério da Defesa (MD) estude, mantendo-se o SMO, a dissociação do preparo e do emprego. Ou seja, as OM operacionais devem atuar nas atribuições constitucionais (emprego), e não na formação de soldados recrutados do Efetivo Variável (EV). Baseando-se na solução romana a este problema, derivada das suas concepções dissuasórias estratégicas, o método utilizado

soberania e os meios de defende-la, de garanti-la no presente e no futuro. Carlos Peixoto de Melo Filho, líder da maioria na Câmara dos Deputados, em 1915. (McCANN, 2009, p. 231).

⁵ TREVISAN, 2000.

indica a criação de um Centro de Instrução e Formação de soldados (CIF) no escalão brigada, sendo este o mais indicado para esta capacitação de recursos humanos, amparado em aspectos estratégicos e históricos e respondendo à pergunta de como dissociar o preparo do emprego no EB do tempo presente mantendo-se o SMO. Não se trata da comparação entre a total profissionalização de soldados e o SMO quanto à pertinência ou eficácia, discussão longa e de difícil consenso, pois a opção entre estes modelos é controversa e variada. Pode-se dizer que não existe uma doutrina firmada mundialmente quanto ao assunto, pois a forma de captação e a duração do serviço militar dependem da conjuntura cultural, aceitação da opinião pública e necessidades de defesa de cada país⁶, dificultando comparações estanques. Trata-se de procurar uma solução que adequa a obrigação legal constitucional do SMO e a sua ratificação na documentação de defesa à necessidade de separar a formação de soldados do adestramento. Isto, segundo diversos autores, pode ser equilibrado pela existência de um serviço militar “misto”, incorporando-se uma parcela de soldados profissionais aos oriundos do SMO, ao mesmo tempo em que estes últimos sejam formados fora das OM de emprego. Estas propostas tem relação com a proporção adequada entre soldados recrutas do efetivo variável e soldados do Efetivo Profissional (EP), aqueles que permanecem no serviço ativo após o serviço militar inicial. Concordamos com o aumento de percentual de EP como condição básica para o início de qualquer transformação (SANTOS, 1988), por permitir afastarmos do problema de formar grandes efetivos (SALVANY, 1992). No início dos anos 80, o percentual de Cb e Sd EP variava de no mínimo 50% nas OM de baixa prioridade a 70% nas mais altas (CANEPELLE, 1989). Atualmente, estes percentuais são reduzidos, chegando a 30 % de EP nas OM de baixa prioridade ⁷. Dentre 11 monografias da ECEME entre 1970 e 2010 e diversos artigos sobre a opção do profissional voluntário ou SMO, todos indicam o ponto mais importante e favorável à manutenção da obrigatoriedade a questão estratégica da elasticidade. Ainda assim, existem estudos que dão preferência ao voluntário pela possível maior eficiência, satisfação da população (KUHLMANN, 2001, 2007) e capacidade de pronta-resposta. Para amenizar as desvantagens do SMO, nas monografias e artigos são apresentadas questões de proporção adequada entre EP/EV, adoção de uma parcela de soldados profissionais, criação de centros de formação, boas condições de remuneração e desmobilização, revisão na Lei do Sv Militar para adequar detalhes e atualizações em relação à CRFB 88 (COUTINHO, 1988) e criação de atrativos para o recrutamento/desmobilização. Contra as críticas do SMO não ser democrático por não abranger toda a população alistável, não abarcar todos os voluntários, ou não apresentar opção⁸, são sugeridas a aceitação de voluntários fora do ano do alistamento e o serviço civil alternativo

⁶ SANTOS, 1988, p. 43.

⁷ Previsão de efetivos para a 8ª Brigada de Infantaria Motorizada em 2009. Concordamos que o mínimo aceitável seja de 75% para qualquer OM (SALVANY, 1992), pois acima de 30% de baixas uma OM, como dado médio de planejamento, perde seu poder de combate, ou seja, não está em condições de ser empregada. Considerando que o Sd EV não esteja em condições de emprego, somente uma OM com mais de 70% de EP estaria apta de imediato a ser empregada como contando Poder de Combate de acordo com seu escalão.

⁸ KUHLMANN (2001, 2007).

(BAPTISTA, 1993), já previstos, mas não regulamentados. Na questão de ser ou não democrático o SMO, apesar de por vezes abstrata e difusa, cabem observações. Acaso não fosse democrático, teria sido recepcionado pela CRFB 88, onde as discussões sobre direitos e garantias individuais deram o tom da Assembleia Constituinte? Acaso não fosse, teria sido recepcionado pela intelectualidade brasileira do início do século XX que apoiou os conceitos filosófico-políticos desta opção apresentadas por Olavo Bilac na sua campanha? Discussão interessante, mas fora do escopo. Assim, procura-se aperfeiçoar propostas já testadas, minimizando pontos negativos do SMO e do exército puramente profissional numa solução mista nacional adequada às nossas condições e atendendo as proposições estratégicas da legislação e da documentação brasileira de defesa.

3 MATERIAL E MÉTODO

A decisão de manter o SMO, recepcionado pela CRFB de 1988 após longo processo histórico (McCANN, 2007), sistematizou a obrigatoriedade da participação do indivíduo na defesa do Estado Brasileiro. É uma diretriz da END, e o processo de transformação do Exército estipula que o atual modelo de formação de soldados não mais atenderá suas necessidades para as capacidades pretendidas para 2030. Atualmente praticamente todas as OM formam seus soldados, reduzindo a capacidade de pronta-resposta. A obrigatoriedade é parte da estrutura histórica do “militarismo cívico”. Esta é a concepção político-filosófica que consolida o discurso e a prática da participação do indivíduo, do cidadão, na defesa da coletividade, do Estado. Filosófica por trazer concepções abstratas baseadas no discurso de que “o mais eficiente sistema de defesa é concebido em torno da participação do cidadão neste processo” (DAWSON, 1999), com origem na formulação do sistema democrático na Grécia antiga. Sumariamente, se o Estado existe para garantir direitos individuais e a sobrevivência da coletividade, o indivíduo participaria deste processo pela obrigação militar, conceito absorvido pelos romanos na sua expansão. Embora a motivação para o combate oriunda do patriotismo possa ser considerada abstrata, é um componente a se recorrer para reforçá-la, pois

Tamanha é a força desse fermento de energia coletiva, que continua sendo eterno e universal. O mesmo cimento de que era feita a solidez das legiões reaparece nos arqueiros de Crecy, nos granadeiros prussianos de Leuthen e nas tropas francesas de Verdun. (De GAULLE, 1996, p. 98).

É consenso atual que a motivação mais próxima e concreta pela qual os soldados lutam é pelos seus companheiros (EFFLAND, 2010), mas abdicar do componente abstrato é temerário. Pesquisas aprofundadas sobre motivação para o combate indicam que ele é considerado, mas os soldados em geral não apreciam citá-lo (KELLETT, 1987). Embora o termo “militarismo cívico” seja conhecido e entendido pelos pesquisadores de História Militar, pode ser confundido com o entendimento acadêmico de militarismo, vislumbrado como maneira militarizada de conduzir a sociedade⁹. Para dirimir esta questão, agregamos os nomes pelos quais esta estrutura histórica ficou conhecida. O

⁹ Observação do moderador no debate do painel do VI Simpósio do Livro Branco de Defesa, São Paulo, 2011.

General alemão Comar Von der Goltz a chamou de “Nação em armas”, no qual o General brasileiro Mendes de Moraes se baseou para designar o SMO de “encargo militar generalizado.” O General De Gaulle a cita como “imposto de tempo e, eventualmente, de sangue [...] servindo como instituto nivelador da sociedade”¹⁰, foi recepcionado como um “imposto social”¹¹, e o termo “soldado-cidadão” é empregado por Stephen Ambrose para descrever sua retomada pelos americanos na 2ª GM. No Brasil é conhecido como Serviço Militar Obrigatório, embora este termo seja restritivo. O SMO é parte da estrutura, é a aplicação prática da concepção política-filosófica e estratégica de um discurso mais amplo, como o explicitado nas obras e na campanha desenvolvida por Olavo Bilac. Ele o considerava um nivelador republicano que impediria a dissociação entre a sociedade e os militares, conceito recepcionado pela atual documentação de defesa. Assim, julgamos mais claro chamar o militarismo cívico de “obrigatoriedade da participação do indivíduo (cidadão) no esforço de defesa da coletividade (Estado). Acreditamos que esta frase seja mais abrangente do que o termo SMO e mais adequada do que militarismo cívico na atual conjuntura de maior entrosamento entre a defesa e a sociedade. Cabe ressaltar que o militarismo cívico não necessariamente compreende a concepção de que os soldados cidadãos, conscritos, lutariam melhor tão somente porque a motivação patriótica o permitiria. Nisto discordamos de HANSON (2004), o qual atribui a esta questão, a motivação patriótica e democrática, o fator determinante de superioridade dos exércitos de cidadãos ao longo do tempo. Esta visão talvez desprezasse questões como o preparo, o emprego e a organização dos exércitos, atendo-se particularmente ao fator forças morais da doutrina militar. O SMO como fonte de recursos humanos não significa obrigatoriamente empregar tropas de recrutas para combater pela pretensa superioridade conceitual face outros modelos. Visualizamos, sim, que a manutenção da seleção inicial pelo SMO traz vantagens e continua permitindo a formação de reservas mobilizáveis. A formação separada destes das tropas de emprego, incorporando-os posteriormente numa proporção adequada a manter a prontidão operacional das tropas¹² agregada a uma parcela de soldados profissionais, minimiza as desvantagens de cada sistema isolado e maximiza as vantagens, garantindo pressupostos estratégicos requisitados pela nossa documentação de defesa.

Em relação a estes conceitos clássicos, comparações tão distantes cronologicamente e na geografia condizem com a formulação de atuais políticas de defesa? Sim, na medida em que o estudo do Império Romano apresenta um contraponto com a nossa sociedade, útil e necessário para os processos em curso no presente (SILVA, G., 2006), mas mantendo-se o distanciamento necessário e evitando-se anacronismos. Questões geopolíticas, militares e estratégicas romanas assemelham-se à realidade brasileira histórica e atual, como extensas fronteiras terrestres, grande território, ameaças

¹⁰De GAULLE, 1999, p. 54.

¹¹“Seria uma forma justa do cidadão contribuir para a defesa, pois paga-o (o imposto social) durante um ano e desfruta pelo resto da vida o benefício que os próximos conscritos continuarão a lhe proporcionar”. (BAPTISTA, 1993, p. 15)

¹² A própria questão desta proporção foi solucionada na Revolução Francesa por meio da “Lei do amálgama”.

difusas e criminalidade nas fronteiras, com soluções similares, bem-sucedidas ou não, sendo encontradas. Um exemplo é o modelo romano de formação de soldados. Mantendo o SMO e dissociando a formação no escalão legião, garantiram pronta-resposta e elasticidade aos seus exércitos. As Brigadas (Bda) atuais possuem efetivo e finalidade equivalentes à antiga Legião, identificando-se na concepção de organização sistêmica, com o suporte logístico, condições estratégicas e táticas de atuar isoladamente. A brigada é a grande unidade (menor fração militar comandada por oficial general) que integra os chamados sistemas operacionais, possuindo estrutura logística, de manobra (tropas de infantaria ou cavalaria, combatentes), apoio de fogo (artilharia), comando e controle, engenharia (construção/destruição de obstáculos e abrigos, apoio à mobilidade permitindo-nos ou negando ao inimigo o uso de estradas) e inteligência de combate (reconhecimentos, estudo do inimigo). As legiões integravam estes meios, permitindo agir isoladamente ou agrupar-se (VEGÉCIO, 2006), e os romanos preferiam este modelo a exércitos maiores. Algumas forças armadas baseiam-se em concepções divisionárias, a divisão como menor módulo de combate. O exército dos EUA, por exemplo, vem revendo isto, retomando a questão modular em brigadas como modelo julgado mais eficiente (EFFLAND, 2010), como já o dizia Vegécio e praticaram os romanos. Neste mesmo modelo, a atual concepção brasileira de defesa estabelece o “módulo brigada¹³” como base da capacidade de pronta-resposta. Mas quais os aspectos estratégicos que respaldam este modelo de seleção de recursos humanos e a dissociação do preparo e do emprego neste escalão?

Associando o “militarismo cívico” à linha de pensamento ocidental, tendo o SMO como base da identificação da Nação com as Forças Armadas e vice-versa e relacionando-o com a elasticidade¹⁴, com a dissuasão (capacidade de projetar poder, de pronta-resposta a agressões) e com a formulação de doutrina militar¹⁵ e estratégias, podemos enquadrá-lo no contexto histórico do pensamento militar ocidental. Considerando que o pensamento militar brasileiro é decorrente do pensamento militar ocidental (TREVISAN, 2000, p. 12) e observando reflexos do pensamento militar romano na nossa atual documentação de defesa, confirmaríamos esta presença subsidiando a aplicação de preceitos consagrados. Sendo os fenômenos históricos melhor entendidos pela duração de sua eficácia na história do que pela data de sua produção (Le GOFF, 2005), a visão histórica estrutural de longa duração enquadra a estrutura do “militarismo cívico”/SMO. Nesta ótica, analisando um evento (fato) e relacionando-o com a(s) conjuntura(s) em que se enquadra, identificamos uma estrutura como fenômeno histórico. A sua caracterização é simples, pois deixa de ser uma estrutura na medida em que, ao perder um de seus componentes, perde sua característica principal¹⁶. Assim, a concepção da melhor formulação de defesa ser integrada por cidadãos deixa de ser uma estrutura quando se abdica

¹³ Tanto a brigada quanto a legião tem efetivos aproximados de 4 a 6 mil homens.

¹⁴ Elasticidade é a capacidade de rápida ampliação de um exército por meio da mobilização de efetivos, recursos e materiais (END, 2008).

¹⁵ Entendendo doutrina militar como a forma que Forças Armadas se organizam, se preparam, como são empregadas e como trabalham as forças morais na motivação para o combate. (SAVIAN e LACERDA, 2008).

¹⁶ Le GOFF, 2005.

da obrigatoriedade. O abandono ou permanência deste quesito permite identificar suas rupturas e continuidades na longa duração da história, sendo considerado o reflexo de sua inobservância a dissociação entre as forças armadas e a sociedade (END, 2008). Uma visão disto é que o abandono do SMO pelos EUA em 1973, o qual teria sido por pressões políticas¹⁷ e não quesitos de eficiência (HANSON, 2009) teria reduzido a elasticidade do exército e afastado a sociedade dos militares (LEWIS, 2010), tendo o voluntariado somente preenchido uma vez desde então os efetivos necessários (2009, durante a crise econômica mundial¹⁸) e exigido despesas com propaganda para incentivá-lo¹⁹. A distância entre a defesa e a sociedade teria gerado a percepção de que meios tecnológicos superariam o potencial humano no poder de combate²⁰, opinião compartilhada por sargentos americanos na 2ª Guerra do Iraque (BELLAVIA, 2008). Apesar do grande voluntariado para o SMO no Brasil atual (TORRES, 2011), este é um índice impossível de ser controlado, o que indica dificuldades de preenchimento de vagas quando não for suficiente o interesse da sociedade, caso se prefira o voluntariado à obrigação militar (SENA, 1995; FILHO, 1996; MINUSSI, 1994). No Brasil, a END considera que a orientação da relação das Forças Armadas com a sociedade e a discussão de efetivos gerou considerações sobre o futuro do SMO. O propósito seria zelar para que as Forças Armadas reproduzam em sua composição a própria Nação, tendo o SMO como espaço republicano no qual esta possa encontrar-se acima das classes sociais. Isto reflete o conceito do militarismo cívico e de dissuasão do pensamento militar romano, recepcionados pelo pensamento brasileiro de defesa. Definido o conceito estratégico de “módulo brigada”, de militarismo cívico e a da recepção destes pela documentação brasileira de defesa pesquisada, que se estende da Política de Defesa Nacional (2005), pela Estratégia Nacional de Defesa (2008), Estratégia Braço-Forte e o Manual do Processo de Transformação do Exército Brasileiro (2010), relacionamos os conceitos identificados como reflexos do pensamento militar romano, como são definidos atualmente, antes de seguirmos à observação destes no discurso e na prática militar da antiguidade.

Dissuasão é vista como uma forma intermediária “[...] entre a persuasão e a coerção, presente desde o tempo de paz, consistindo de medidas de natureza militar, que venham a desencorajar o oponente de tomar atitudes que levem a uma escalada da crise”. (BRASIL, C-124-1, Estratégia, 2001)

É complementada como “atitude estratégica que, por intermédio de meios de qualquer natureza, inclusive militares, tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos (BRASIL, C 20-1, 2003)”. A capacidade de pronta-resposta para isto não necessita maiores explicações, e o escalonamento de emprego e não de capacidades diz que o exército deverá ser “todo ele uma vanguarda”, todas as brigadas com a mesma capacidade de combate, conforme suas limitações e características (Motorizadas, Mecanizadas,

¹⁷ O abandono do SMO nos EUA por questões de eficiência foi rebatido durante a elaboração da CRFB 1988 pelo sociólogo Ney Prado, alegando que seria em virtude do trauma da guerra do Vietnã (CANEPILLE, 1999).

¹⁸ O GLOBO, **Crise faz que alistamento seja recorde nos EUA**. Rio de Janeiro, 15 out 2009.

¹⁹ **Grandes Guerras**. v. 33, edição 33, p. 68, mar 2010.

²⁰ MELCHER, **How to build the Wrong Army**. Military Review Nr 9, set 1992. p. 66-76. LEWIS, 2010.

Blindadas, Leves, Brigada de Operações Especiais e Brigada de Infantaria Paraquedista), focadas no combate convencional. Sobre escalonamento de emprego e os “três princípios estratégicos”, a presença se traduz na distribuição de tropas pelo território nacional, algumas nas fronteiras realizando o monitoramento/controlado através de patrulhamento e inteligência de combate. Tropas com maior mobilidade aprofundadas no território e eixadas por estradas em direção à fronteira seriam, caso necessário, empregadas. Outras em posição central, com mobilidade estratégica (aerotransportadas ou mecanizadas), podem se deslocar para todo o território nacional, e as dos grandes centros defendem infraestruturas críticas e político-administrativas. Esta é a articulação dos grupos de emprego, com Forças de Segurança Estratégica (de Cobertura ou Vigilância, conforme efetivo e posição no terreno) e Forças de Emprego (Regional, Estratégico ou Geral) possuindo a necessária mobilidade,

Aptidão para se chegar rapidamente ao teatro de operações – reforçada pela mobilidade tática - a aptidão para se mover dentro daquele teatro –complemento do monitoramento/controlado e uma das bases do poder de combate (END, 2010, p. 11).

Não haveria tropas “prioritárias” escalonando capacidades de combate, mas aptas de acordo com sua articulação e características. Já a transição de estruturas de paz para as de guerra é um dos pontos de transformação do EB, devendo existir antes dos conflitos, no maior grau possível, as OM operacionais e logísticas previstas. Para isto, é necessário o completamento dos sistemas operacionais das brigadas, criando e mobiliando as OM previstas que não existem. No quesito efetivo (ampliação ou racionalização, voluntariado ou obrigatoriedade e percentuais de EP/EV) a END cita o imperativo da elasticidade, capacidade de aumentar rapidamente o dimensionamento das forças militares quando necessário. A necessidade de manter reservas em condições de ampliar efetivos continua imperiosa, embora se necessite adequar a relevância estratégica do SMO como concepção de participação do cidadão na defesa do Estado e propiciador de elasticidade à capacidade de pronta resposta.

A dotação de recursos adequada é tratada pelo MPTEB como condição para realizar as propostas da EBF, ressaltando a questão do ajuste ao orçamento, porém, o nosso orçamento é ajustado às necessidades de defesa? Concordando que “não há unidade mais cara do que a que não é capaz de combater com eficiência no momento em que é empregada” (MPTEB, 2010), a discussão aponta muito mais para o direcionamento a “investimentos militares” do que “gastos militares”. Se o nível decisório político estipula Objetivos de Defesa Nacional, se as estratégias apontam como atingi-los, os custos para a implantação deveriam ser computados como investimentos, e não gastos. Planejadas as medidas, elas necessitam do *investimento* para a obtenção da capacitação estipulada pelos Objetivos Nacionais de Defesa, não devendo obedecer somente à questão técnico-orçamentária de disponibilidade. Ou seja, para atingir os objetivos, preciso determinado valor investido. Caso não aplicado, ainda que fracionado no prazo estipulado para atender as capacidades, será difícil atingi-las.

Uma crítica à END é a de não prever a alocação de recursos para o setor de defesa²¹. Porém, cogitam-se hoje projetos de lei que impeçam o contingenciamento às Forças Armadas (orçamento impositivo)²², fixando percentuais do PIB. Também existem propostas de impostos específicos (percentuais do pré-sal e outros) complementando o orçamento, à semelhança da Lei do cobre no Chile. Estas medidas, equilibrando orçamento de custeio e de investimento, agregando a noção de que os custos com a defesa não são gastos, mas investimentos em segurança, poderiam ser estabelecidas nos documentos de mais alto nível, facilitando a difusão para a sociedade e para os responsáveis pela destinação orçamentária governamental. Também a concepção de que para atingir os objetivos propostos para a Defesa existem condicionantes técnico-militares que só podem ser mensuradas em termos financeiros após os seus planejamentos e formulação de suas soluções e que só se atende a certos objetivos mediante estas medidas poderia auxiliar a percepção da necessidade de alocação dos recursos calculados. Assim, se para ter capacidade estratégica de pronta-resposta preciso de brigadas completas e da dissociação do preparo e do emprego, e de acordo com o planejamento atendendo à Doutrina Militar (que é ciência tanto quanto a Economia) e as capacidades exigidas pelos Objetivos Nacionais de Defesa estas medidas custam X, demonstro que a destinação de X/2 não atende à solução do problema. Observando estes recursos como investimento para obter capacidades, somente obtidas nestes termos e valores porque são planejadas cientificamente em acordo com as Ciências Militares, talvez se iniciasse um diálogo entre critérios técnico-orçamentários e técnico-militares com base científica, útil ao nível decisório político e ao convencimento da sociedade. Como exemplo, em palestra da Federação de Indústria e Comércio do Estado do Mato Grosso do Sul proferida por um economista a alunos da ECEME, foi apresentada como considerada grande empresa aquela que possui mais de 400 funcionários, pois movimenta a economia pelos gastos com pagamento de pessoal e impostos, aquisição de bens e serviços etc. Perguntado se um batalhão do Exército poderia ser considerado assim, pois se iguala em efetivos e recebe recursos federais aplicados da mesma forma, a resposta foi positiva. Ou seja, despesas com OM movimentam a economia, sendo investimentos do governo não só em segurança e defesa, mas em termos macroeconômicos também.

4 DISCUSSÃO

Diante do exposto, quais questões históricas embasariam sua validade, e como isto se enquadra no contexto atual? Após um estudo de campanhas diversas ao longo do tempo, Hanson observa que

Como mostrara o exame destas batalhas, durante a longa evolução da arte de guerra ocidental existiu um núcleo mais ou menos comum de praticas que ressurgem geração após geração, algumas vezes aos pedaços, algumas vezes de maneira quase holística. (HANSON, 2004, p. 45).

²¹ ESTRATÉGIA Nacional de defesa... é mesmo? ,2010, p. 1 – 6, passim.

²² TOSTA, 2011.

Ou seja, na longa duração da história existem estruturas, concepções e práticas repetindo-se. Com um estudo mais aprofundado, observa-se que a estrutura do militarismo cívico foi regra, e não exceção, na adoção do sistema de conscrição obrigatório ou voluntário. Algumas práticas e concepções são estruturas, nos níveis político e estratégico, mas existem outras de menor categoria, o que importa em dizer que além das estruturas, existiriam também “conceitos transcendentais”, ultrapassando barreiras cronológicas e repetindo-se (ou sendo copiados) conforme sejam soluções atuais a problemas antigos ou a adoção de soluções antigas a problemas atuais.

A obrigatoriedade da participação do cidadão na defesa, consolidada pelo pensamento grego, foi posta em prática com a revolução hoplítica²³, apoiada nas leis de Sólon e Licurgo, complementando questões religioso-filosóficas. A motivação para o combate passa a ter base na disciplina, amparada na lealdade à Pátria e aos companheiros, um misto de respeito à individualidade subordinada ao interesse coletivo (BRIZZI, 2003). Isto foi apropriado e desenvolvido pelos romanos, utilizando a tática grega e aperfeiçoando os processos de mobilização de pessoal, dividido por tribos no quesito geográfico e quantitativo e por condições financeiras entre as cinco classes sociais existentes, pois o combatente é que se armava e não recebia remuneração.

Os exércitos romanos da república eram formados anualmente por conscrição obrigatória e dissolvidos após o término de um período de treinamento ou do fim de uma campanha militar, ficando poucas legiões ativas o ano todo. Eram chamados de legio, “os escolhidos”, devido ao método de recrutamento, o *levy* (recrutar, levantar, arrecadar) ou levítico (BRIZZI, 2003). No início possuíam um único tipo de combatente, proprietários de terras, provendo seu sustento sem receber soldo por parte do governo, o que os tornava “elegíveis” ao Sv Militar, algo como uma milícia nacional. As reformas de Sérvio (cerca de 578 – 534 a. C.) estenderam a elegibilidade aos plebeus, ficando excluídos somente os proletários²⁴. A longa duração da guerra contra os etruscos (c. 395 a. C) levou Camilo a pagar uma remuneração aos soldados (*estipendium*), a fim de manterem um período maior de afastamento de suas atividades econômicas. Durante a guerra contra Cartago, os soldados que haviam servido por seis anos consecutivos eram desmobilizados, mas por dez anos podiam ser reconvocados à ativa como *evocati*²⁵. A elasticidade do SMO permitiu dispor de reservas mobilizáveis, como depois da Batalha de Cannas (McNABB, 2010), gerando capacidade dissuasória e projeção de poder.

Após a derrota em Cannas foram realizadas reformas por Cipião, o Africano, introduzindo-se a padronização da instrução dos recrutas e acabando-se com a rigidez de três linhas de formações de príncipes, triários e hastários, possibilitando a manobra tática no escalão Legião (BRIZZI, 2003, p. 66), abrindo caminho para a concepção do “módulo brigada” como elemento tático de manobra. Caio Mario (157 - 86 a. C.) adquiriu experiência militar na Espanha e na África, sendo-lhe atribuída a

²³ A obrigatoriedade do cidadão, possuidor de terras, incorporar aos exércitos como infantaria pesada (hoplita) foi uma das razões da vitória grega em Maratona. A mudança de concepção de exércitos aristocráticos para o de cidadãos obrigados a combater por dever comum foi chamada “revolução hoplítica”.

²⁴ SOUTHERN, op. cit., p. 87.

²⁵ SOUTHERN, p 91-92.

criação e adoção do exército profissional, mas isto deve ser observado com detalhes, para se evitar imprecisões devido ao anacronismo. No tempo presente, costuma-se definir exército profissional como o que não depende da conscrição universal, do SMO, para a mobilização de soldados, utilizando-se somente do voluntariado. As reformas de Mário são diferentes deste contexto atual.

Mário estimulou o recrutamento e estendeu-o aos proletários, pois como estes não tinham posses, poderiam se dedicar a um maior tempo de serviço, não precisando voltar para cultivar suas terras. Isso gerou a necessidade de implementar o pagamento e um sistema de pensões para a aposentadoria, mas permitiu que mais legiões permanecessem em campanha ou ativas permanentemente. Ainda assim, foi mantido o censo e recrutamento obrigatório entre as demais classes de cidadãos, mas tendendo a se preferir os profissionais aos conscritos (ERDKAMP, 2007, p. 164), pois um percentual de soldados podia permanecer além do tempo obrigatório, estabelecendo-se profissionalmente. Esta preferência não foi somente por quesitos de eficiência e capacidade de pronta-resposta, mas porque o pagamento era realizado pelos generais, também governadores provinciais, e não pelo governo central. Isto permitia que as legiões com mais profissionais, oriundos do proletariado e dependentes desta profissão, já que quem recrutava ou desmobilizava-as eram os generais, atendessem inclusive objetivos de política interna de seus comandantes (PHANG, 2008), pois dependiam destes para seu pagamento e exercício da profissão, ao contrário dos soldados cidadãos oriundos do recrutamento, que podiam retornar aos seus afazeres e profissões após o tempo determinado. A tendência de preferir os profissionais para atender aos interesses políticos de seus comandantes favoreceu a eclosão da Guerra Civil posterior, pois os profissionais, desvinculados da motivação pátria, lutavam por seus chefes, e não pelo Estado. Tanto que César, ao ser acusado de guerra ilegal na conquista da Gália, convenceu tropas a entrar em Roma, fato condenável na visão do cidadão romano. Assim, pode-se dizer que Mário criou a profissão militar de soldado, mas não necessariamente o exército profissional voluntário como nos moldes modernos ou mesmo que este foi adotado por Roma desde então. Este consenso permanece por constar de inúmeros livros de História Geral, por questões de tradução, transliteração ou mesmo simplificação. Porém, quando se acessa obras específicas de história militar romana (Brizzi, Ferril) e publicações acadêmicas nacionais (Moita) e internacionais (Phang, Southern, Erdkamp), muitas produzidas a partir da década de 80, pode-se confirmar que esta premissa não deve ser simplificada assim.

Após o período das guerras civis entre César e Pompeu, assume o governo Otávio Augusto, sobrinho de César, inaugurando o período imperial. A indisciplina, o uso indiscriminado da força militar para fins de política interna e o desgaste do povo de Roma contribuíram para medidas de centralização de poder adotadas por Otávio. O exército é estabelecido de forma permanente (*exercitus perpetuus*), com mudanças nos procedimentos militares. O Sv Mil era obrigatório, porém incentivos de pagamento e facilidades fizeram com que praticamente todo o efetivo das tropas fosse de voluntários, completados por recrutamentos feitos nas províncias (GIBBON, 2008). Assim, independente de terem

renda ou profissão, os voluntários eram atraídos pelas boas condições de pagamento dos soldados em relação à média das profissões, e não por não terem posses (McNABB, 2010). Além dos fundos destinados ao soldo regular e manutenção das tropas e aquartelamentos, foi instaurado o *aerarium militare*, uma repartição da tesouraria do Estado cujos fundos eram provenientes de novos impostos sobre as vendas em leilão, comércio de escravos e heranças elevadas (BRIZZI, p. 107), caracterizando dotação orçamentária fixa para custeio e derivada de impostos específicos para investimentos. A composição de efetivos e organização adotada por César parece ter sido apenas aperfeiçoada com Augusto, e as Legiões se organizavam, neste período (Augusto, 27 AC – 14 DC), da seguinte maneira:

A Legião era a menor organização do exército romano que operava de forma independente (*Grösster selbstständig operierender Verband der römischen Armee*)²⁶, sendo a formação do Sd legionário realizada em OM específicas para este fim. Estas OM, enquadradas na estrutura organizacional da Legião²⁷, menor escalão com poder de combate tático e capacidade logística, mantinham os vínculos com o grupo primário e a identificação com os níveis mais altos (Legião e Pátria), garantindo ainda as questões estratégicas de dissociar o preparo do emprego, capacidade de pronta-resposta e da elasticidade. Para o recrutamento, existia uma seleção de condições físicas e saúde (*probatus*) centralizada nas províncias²⁸. Embora o Sv Mil fosse obrigatório, a regra geral era ter um alto número de voluntários neste período, porém se manteve o SMO para o caso de falta de voluntários²⁹, o que ocorreria em situações futuras, com casos documentados de tentativas de burlar o recrutamento por mutilação (ERDKAMP, 2007, p. 437). A obrigação geral de todos os cidadãos prestarem serviço no exército nunca foi abandonada, mantendo-se a apresentação e registro dos “elegíveis” (ERDKAMP, 2007, p. 436). O recrutamento do período de Augusto até o Baixo Império era um misto de voluntariado e incorporação obrigatória, feito por cidades e localidades, ao invés de cúrias ou tribo como na República. Os que não tinham isenção por questões profissionais (trabalhadores de guildas e grandes propriedades rurais) eram sujeitos ao recrutamento, inclusive podendo-se apelar aos que estavam desempregados, vagando pelas ruas ou sem residência fixa (*vagantes, vagi et otiosi*), e mesmo as guildas e grandes propriedades rurais apresentavam uma parcela de efetivos (ERDKAMP, 2007, p. 437). Isto só sofreu maior alteração em 376 D. C., quando a incorporação dos godos ao exército permitiu grandes efetivos, sendo então autorizada a substituição da prestação do SMO pelo pagamento de uma taxa ao Estado, mas ainda assim manteve-se a obrigatoriedade do alistamento e do censo.

²⁶ MILITARWESEN/Legio undécima Claudio Pio Fidelis. Disp: <http://www.legioxi.ch/Pdf/Militaerwesen.pdf>. Acesso em 11 dez 2010. VEGÉCIO, 2006.

²⁷ A Legião possuía de 4 a 6 mil homens, dividida em dez Coortes (Batalhões). Uma das Coortes tinha o dobro de efetivo e era responsável pela formação de todos os recrutas da Legião, enviando-os depois de um período básico para as Coortes de origem. Durante o treinamento, os recrutas permaneciam em seus contubérnios (grupos de 8 homens, iguais aos Grupos de Combate atuais) de origem na mesma cidade e Unidade, alojando-se, alimentando-se e recebendo treinamento dentro destas frações. (McNABB, 2010).

²⁸ SOUTHERN, op. cit., p. 135.

²⁹ SOUTHERN, op. cit., p. 132.

Os recrutas após serem selecionados eram enviados às unidades onde recebiam treinamento inicial, com a duração de aproximadamente quatro meses, retornando depois às suas unidades (coortes). Desta forma, o legionário lutava primeiro pelos seus camaradas de centúria e legião, depois por recompensas e glória e num patamar mais abstrato pelo Imperador/Estado Romano (McNABB, 2010). Isso corrobora estudos e pesquisas com soldados em diferentes épocas, como na obra de Kellet, o qual concorda com a assertiva de du Picq que o moral é um atributo imutável, as formas de mantê-lo sendo então invariáveis e o que difere na abordagem de exércitos do passado e nos atuais é somente a aplicação destes princípios. Tanto que neste aspecto compara os exércitos romanos com os do século XIX, e as estruturas da legião como assemelhadas às atuais (coortes e batalhões, legiões e brigadas) (KELLET, 1987, p.20). Em termos técnico-militares, a legião romana da época imperial dissociava o preparo do emprego na formação de recrutas no escalão brigada, missão de uma coorte, sendo depois distribuídos pelas OM da Legião. O recrutamento não era mais feito estritamente por classes, mas de acordo com a capacidade de pessoal de cada província. A origem e formação dos soldados era a mesma, o SMO, o que diferia era que os que desejassem permanecer podiam ser profissionalizados e os estímulos à carreira induziam grande voluntariado. Estímulos ao recrutamento, boas condições econômicas, de assistência aos militares e na desmobilização permitiram longo tempo de voluntariado, mas mesmo assim os romanos nunca abdicaram do SMO formalmente (McNABB, 2010).

Além da capacidade estratégica de pronta-resposta do módulo brigada, dissociando o preparo do emprego e permitindo a elasticidade, a estratégia militar de articulação de emprego de tropas baseada no monitoramento/controle e presença também contribuiu para a *pax romana*. (FERRIL, 1989). A grande extensão das fronteiras gerou uma concepção estratégica de articulação das tropas no território baseada na estratégia da presença, aplicando-se duas vertentes, denominadas na historiografia militar romana “segurança impeditiva” e “defesa elástica móvel” (FERRIL,1989)³⁰. A primeira posicionou tropas nas fronteiras, apoiadas no sistema de muralhas, ligadas por estradas e prontas a dar o primeiro combate (monitoramento/controle), mas quando tinham de atuar em várias frentes desguarneciam-se outros pontos fronteiriços. Para sanar esta deficiência foi utilizada a “defesa elástica em profundidade”, empregando tropas posicionadas mais à retaguarda. As tropas foram divididas em duas categorias, os palatinados (tropas da fronteira) e os comitatenses (tropas de reação). Com o tempo, se esperava que os comitatenses resolvessem todos os problemas, reduzindo a prioridade e o poder de combate dos palatinados, sendo a formação de novas tropas retiradas destes efetivos, no mesmo

³⁰ Ambos os termos são inadequados, em questões técnicas militares e de estratégia, talvez devido à falta de padronização de termos técnico- militares ou a traduções. Referem-se a princípios estratégicos de articulação de emprego de tropas no território. De qualquer forma, é surpreendente notar que são partes do trinômio formado pelos requisitos estratégicos de monitoramento/controle, mobilidade e presença, agregados ao conceito de flexibilidade no combate (capacidade de se fazer presente quando e onde necessário) existentes hoje na documentação de defesa brasileira. A questão é que, ao invés de equilibrar estes conceitos, os romanos priorizaram um ou outro na sua articulação de emprego de tropas no território, ao invés de conjuga-los. A “segurança impeditiva” é monitoramento / controle e presença, e a “defesa elástica em profundidade”, agregava mobilidade estratégica e flexibilidade. Reforçando um ou outro aspecto, ao invés de conjugá-los, acontecem problemas que afligiram não só os romanos, mas ao Exército Brasileiro na atualidade.

período em que recebiam atribuições maiores de atuação do tipo polícia, combate a problemas de fronteira e contra a criminalidade crescente. Assim, escalonaram-se capacidades.

A necessidade de reservas estratégicas levou à criação das “tropas na presença do Imperador” (MOITA, 2008), diretamente subordinadas ao Cmt supremo, com mobilidade para todo o território. Ocorreu a priorização das tropas estratégicas, e este processo, aliado ao desinteresse no SMO pela população, à falta de sistematização escrita das estratégias, entre outros fatores, levou à perda de doutrina militar, elasticidade e poder de combate. Nos momentos de maior necessidade não estavam preparados tecnicamente, materialmente, moralmente e não havia reservas mobilizáveis (FERRIL, 1989). No Império tardio, foi comum a prevalência do recrutamento forçado sobre o voluntariado (ERDKAMP, p. 518). A perda doutrinária e deficiência na aplicação da estratégia podem ser atribuídas à transmissão da *disciplina militaris* pela tradição oral e não por escrito. Isto foi percebido por Vegécio, que descreveu as tradições militares romanas (e, por conseguinte, do pensamento militar ocidental) em sua obra, cujo princípio da dissuasão em sua famosa frase na íntegra é

Portanto, quem desejar a paz deve preparar a guerra, quem deseja a vitória, instrua cuidadosamente seu cavaleiro, quem desejar a boa fortuna e felizes aventuras, combata com arte e não ao acaso. Não há um homem, por mais impetuoso que seja, que ouse provocar e ofender a quem sabe ser superior a si, e, por isso, deve sair vitorioso da luta. (VEGÉCIO, in: MAGALHÃES, J. B., 2006, p. 249).

Suas propostas não foram observadas, perdendo-se capacidade militar, pois na Batalha de Adrianópolis, quando se necessitou empregar as tropas de baixa prioridade, estas não foram eficientes (FERRIL, 1989; MOITA, 2008), perdendo-se depois a elasticidade. Vegécio tratou do recrutamento, da instrução e da Legião, aproveitando o passado e fornecendo respostas e soluções aos problemas militares de então (SILVA G, 2007). A surpresa de todo leitor de Vegécio é expressa por J. B. Magalhães (2006), pois quem tem apenas conhecimentos modernos, se surpreende encontrando explicação para práticas atuais, como a organização sistêmica da legião e o módulo brigada, pois

[...] a Legião era muito bem organizada, tal como uma cidadela muito forte e bem defendida. Levava por toda parte tudo que era necessário ao combate e não temia surpresa alguma da parte do adversário. Podia fortificar-se em pleno campo, fazendo fossos e parapeitos. Compreendia no seu seio todas as espécies de soldados e armas, ofensivas e defensivas. (VEGÉCIO, 2006, in: MAGALHÃES JB, p. 241).

Vegécio cita a transição das estruturas de paz para as de guerra, a ponto de nada poder ocorrer em campanha para que não estejam preparados, devendo-se sempre fazer na paz o que se tem de fazer na guerra, e a versatilidade, dizendo que os jovens soldados devem ser instruídos em todas as maneiras de combater com todas as armas.

Após o colapso romano, o sistema feudal gerou uma ruptura com o SMO e o militarismo cívico, surgindo novas formas de organização e retornando-se ao sistema aristocrático de liderança militar. A necessidade de efetivos e prontidão gerou o sistema de mercenários, dispendioso, insuficiente e inconveniente durante a consolidação dos Estados Nacionais na Idade Moderna (DAWSON, 1999).

Nesta época, Maquiavel retoma aspectos do militarismo cívico, amparado na aplicação dos preceitos romanos aos modernos Estados-Nação³¹, sendo ele quem redigiu o documento que serviu de base para a *Ordinanza* de 1506, instituindo em Florença o SMO. Diversos militares referenciam o pensamento militar romano por intermédio de Vegécio³², e após o Tratado de Westphalia (1648), base do sistema jurídico e político contemporâneo, países como a Prússia e a França começam a estruturar seus exércitos no militarismo cívico, em questões nacionais e de desmobilização³³. A Revolução Francesa, com apelos à antiguidade clássica e após os problemas do *leveé en masse* de 1793, retoma a conscrição universal (Lei Jourdan, 1798), permitindo elasticidade aos exércitos napoleônicos. Após este período, segundo alguns autores, a influência do pensamento militar de Clausewitz (1780-1831) teria enfraquecido os moldes clássicos, numa ruptura com o conceito de dissuasão. Fuller (2002, p. 62) considera sua obra uma exposição pseudofilosófica sobre a guerra, entremeadas de observações de bom senso, não havendo compreendido completamente a guerra napoleônica. Teria atribuído o seu conceito de guerra absoluta devido ao princípio da ofensiva de Napoleão, confundindo muitos de seus discípulos e sendo indiretamente responsável pela expansão da guerra total no século XX. Reconhece, porém, que a relação da guerra com a política não foi superada (no caso de relacionar a condução dos objetivos da guerra à política, observação nossa). No caso dos objetivos políticos, fica claro quando Fuller (2002), citando Clausewitz, relembra o conceito de que “nenhuma guerra deve ser começada [...] sem procurar-se responder à questão: que se procura obter com esta guerra?” (p. 67). Ainda assim, muitos outros pensadores atuais (Corvisier, Fuller, Keegan) analisam como equivocada³⁴ e restrita³⁵ a concepção da guerra como continuação da política. De fato, o importante é que, a partir de 1800, ocorreu declínio da tradição clássica pela preponderância de Jomini e Clausewitz (DAWSON, 1999) no pensamento militar ocidental.

Na época da 1ª GM, vários países retomaram o SMO, mas o grande número de baixas (CORVISIER, 1999), somado à influência da nova linha de pensamento (DAWSON, 1999), teria contribuído para o seu abandono. No período entre guerras, pensadores militares como De Gaulle, Von der Goltz e Von Seeckt indicaram modelos de reformulação militar baseados no SMO, na dissuasão,

³¹ MAQUIAVEL, 2005. p. 102, et. seq., p. 106.

³² Vegécio é referência de Carlos Magno, Conde de Anjou, Henrique II, Ricardo Coração de Leão e Frederico II., É citado em “*A Tática no XIII século*”, em 1886, e em 1921, por Hons Delbruk em *Gelsichte der Kriegskunft*, Berlin; 1929, em *A Guerra*, de Nicherson e Wright e em revistas alemãs e francesas (1930 e 1938), e na Escola Superior de Guerra de Paris (1929 e 1931)(JB MAGALHÃES, 2006).

³³ *kantonsystem* na Prússia (1721), hotel dos inválidos (1670) e pensões (1764) na França (CORVISIER, 1999).

³⁴ “Ir além [...] é perceber quão incompleta, paroquial e, em última análise, enganadora é a ideia de que a guerra é a continuação da política.” [...] A política deve continuar, a guerra não. Isso não significa que acabou o papel do guerreiro. [...] Há uma sabedoria maior ainda de que política e guerra pertençam ao mesmo *continuum*.” (KEEGAN, 1996, p. 405).

³⁵ “O aforisma de Clausewitz [...], segundo sua formulação resumida [...] continua presente [...]. Mas não é um tanto banal para que se possa invertê-lo? O retorno da paz é, sem dúvida, um recurso à ação política. Não rege, necessariamente, todos os conflitos. A política pode ser um meio pacífico – ou relativamente pacífico – de expressão dos conflitos, no qual a diplomacia substitui o confronto armado. Assim, a dicotomia política-guerra está constantemente presente. Raros são os instantes em que o mundo de um exclui totalmente o do outro. Fala-se frequentemente da intensidade da guerra. Existe uma contrapartida para a paz.” (CORVISIER, 1999).

na capacidade de pronta resposta e na elasticidade. A 2ª GM retomou o princípio do soldado-cidadão, mas a recepção do assunto variou de acordo com a particularidade de cada país no pós-guerra. A aparente estabilidade do fim da Guerra Fria teria colaborado para a aceitação de pequenos exércitos profissionais (MINUSSI e RAMOS, 1994) e da valorização demasiada da tecnologia (MELCHER, 1992), pois as instabilidades internacionais tornaram-se difusas, mas militares de países que abandonaram o SMO ressentem-se da perda de elasticidade perante longos conflitos que julgavam de rápida solução e do afastamento entre a sociedade e seus militares. Outros amparam a redução de gastos militares e o fim do SMO face à crise econômica vigente, na concepção de maior eficiência do pequeno exército profissional voluntário e no possível respaldo de organismos supranacionais em detrimento do conceito de dissuasão.

No Brasil, desde o período colonial existia a percepção de obrigatoriedade na participação na defesa, não havendo uma legislação adequada para sua execução, bem como ocorria o escalonamento de capacidades do exército (tropas de 1ª, 2ª e 3ª linha). Na falta de voluntários, eram “recrutados” os presos em atos de vadiagem. Entretanto, ressalta-se a aplicação pelos portugueses da estratégia da presença e monitoramento/controlado na distribuição das suas fortificações. Com a Independência a defesa ficou a cargo de militares portugueses remanescentes, mercenários contratados e tropas nativas mal organizadas (FONSECA, 1974). A Constituição de 1824 manteve a obrigatoriedade, mas o Decreto de 4 de Maio 1831 praticamente extinguiu o exército, sendo criada a Guarda Nacional. Desavenças políticas levaram a negligências na defesa, com sérias restrições orçamentárias e incapacidade de expansão de efetivos, ocasionando gastos e prejuízos imensos quando da Guerra do Paraguai (COELHO, 1976).

Na República, a experiência negativa em Canudos gerou o Relatório de 1897 do Ministro da Guerra, com propostas de modernização/adaptação. O Projeto Mallet previa a reunião de tropas para centralizar o treinamento, um plano de reorganização e um exército qualificado baseado no SMO, não muito extenso e passível de rápida expansão. Como deficiência, julgava possível organizar facilmente unidades adicionais (McCANN, 2009), o que talvez explique a permanência deste conceito, atualmente controverso, na doutrina militar brasileira. Seu prosseguimento foi a reforma Hermes da Fonseca, interrompida pela dívida externa no governo Campos Sales. Seus antecedentes são as medidas de Hermes quando comandava o Distrito Militar do RJ, incluindo a realização de manobras militares com a presença do Presidente e abertas à assistência da sociedade. A partir deste período, observamos líderes civis e militares abordando conceitos encontrados na nossa atual documentação de defesa, coerentes com o pensamento militar romano, como o Gen Vasques, que pretendia um Exército compatível com o regime democrático e convencer a população de que o cidadão tinha o dever de prestar serviço militar à pátria, provendo rápida mobilização quando necessário (McCANN, 2009). Em seguida à crise do Acre (1903), o Gen Argollo, Ministro da Guerra, dizia que

Os brasileiros ainda não compreendiam o perigo a que estava exposto seu território. Não podiam confiar unicamente nos princípios da jurisprudência

internacional e na eficácia das notas diplomáticas, pois enquanto os diplomatas carecessem de força militar para fazer a lógica de seus argumentos – ultima ratio – seus êxitos dependeriam da disposição das grandes potências para reconhecer os direitos brasileiros. (McCANN, 2009, p. 130).”

Em 1904, o Gen Mendes de Moraes citava a “generalização do encargo militar” como fortalecedor do povo, com o Exército ligando os cidadãos ao Estado, embasando seu discurso no General alemão Colmar Von der Goltz, reestruturador do exército turco. Estes textos teriam popularizado a ideia da nação em armas entre os jovens turcos (McCANN, 2009), sendo que o livro de Goltz traz conceitos do pensamento militar romano. A tradição militar alemã, oriunda da prussiana, pode ser referenciada em grande parte pelas obras de Frederico o Grande, o qual cita Vegécio para amparar várias de suas concepções.

Como Ministro da Guerra, Hermes estendeu suas reformas (1908), as quais tratavam de pessoal, material e articulação de tropas, necessitando de leis para implementá-las, mas sendo a reforma em si um processo de transformação. Difundindo no país uma mentalidade militar, focada no SMO, que teria papel diferente do europeu, muito mais educando e dando responsabilidade ao soldado do que preparando-o para a guerra ou como reserva mobilizável (McCANN, 2009), “função social” do SMO agregada pelos brasileiros ao conceito clássico de soldado-cidadão. As reformas sofreram lentidão por resistências internas e externas, sendo desenvolvida ampla campanha para convencer a opinião pública da sua importância e do SMO. Diversos intelectuais a apoiavam. Mantiveram-se as manobras militares com assistência, e Olavo Bilac desencadeou a “campanha cívica” no meio acadêmico em prol do SMO, pois

O quartel apura as qualidades do indivíduo, [...] o sentido da hierarquia, da disciplina e do patriotismo. [...] seria a expressão mais acabada da democracia porque nivela as classes no mesmo dever e tarefa de defesa nacional, funde o civil com o militar na medida em que ambos influenciam-se [...] (COELHO, 1976, p. 76).

Encontram-se neste período referências a questões atuais como custo-Estado, a relação risco x dano, indústria e defesa e recursos militares como investimento em segurança (Carlos Peixoto, presidente da Câmara de Deputados-McCANN, 2009, p. 231), bem como o Gen Cardoso de Aguiar dizendo que o SMO e a independência absoluta de recursos materiais estrangeiros garantem a qualquer país meios eficazes de defesa militar. (McCANN, 2009). Os jovens turcos, após seu período no exército alemão e influenciados pelas ideias de Goltz e pelas reformas brasileiras, unificaram, adaptando a requisitos nacionais, as diversas correntes de pensamento existentes, divulgando-as pela revista “A Defesa Nacional”, até que o primeiro sorteio de alistados no SMO foi realizado em 1916, sob o impacto da 1ª GM. O período entre guerras relaxou as questões militares, fato evidenciado pelo esforço enorme para mobilizar tropas para a 2ª GM, mas a FEB aprimorou o pensamento militar com concepções modernas. A partir daí, se aperfeiçoou a legislação do SMO, chegando-se na atual (1964), recepcionada pela CRFB de 1988 e reiterada pela documentação atual de defesa, na qual reflexos do pensamento militar romano são encontrados, conforme foram citados neste trabalho.

No passado próximo, identificamos o escalonamento de capacidades no Exército, com redução de poder de combate devido a brigadas incompletas nos sistemas operacionais (faltando tropas logísticas, de comunicações etc) e em efetivos. Esta redução se manifesta também na pequena proporção de Cb e Sd EP, diminuindo a capacidade de pronto emprego. Isto decorreu da restrição orçamentária e impossibilidade de aumento de efetivos face à necessidade de atender aspectos técnico-doutrinários. Durante os anos 80-90, estabeleceram-se “ilhas de modernidade”, priorizando recursos, meios e efetivos para tropas estratégicas. Apesar de ter sido a solução possível para manter um núcleo forte, reduziu a capacidade da Força Terrestre como um todo. A Constituição de 1988 e legislação decorrente, determinando o emprego das Forças Armadas em Garantia da Lei e da Ordem (GLO), ilícitos transfronteiriços e ambientais, missões de paz e atividades subsidiárias, as torna indissociáveis das missões do Exército. O contexto atual, com perspectiva de incremento tendo em vista grandes eventos futuros no País, e as condições sócio-político-econômicas exigem estas capacitações, porém deve-se manter a vocação primária para o combate convencional de guerra regular, primordial para a capacidade de pronta resposta e dissuasão. Uma das maneiras de equacioná-las é a dissociação do preparo/emprego no escalão brigada, existindo Centros de Instrução e Formação, uma OM nas brigadas, onde se formariam os soldados do SMO, distribuindo-os pelos quartéis de origem posteriormente. A proporção de pelo menos 75% de Cb/Sd EP nas OM permitiria um menor número de Sd EV a serem formados, gerando capacidade de pronta-resposta. A manutenção da formação de quantidade de reservas se daria pela aceitação de voluntários não atendidos no ano de sua incorporação em uma segunda turma de formação do CIF, bem como as necessidades de uma parcela de soldados profissionais, aprovados em concurso após legislação pertinente, supririam a necessidade dos claros com maior detalhamento técnico e tecnológico (motoristas de Bld e outros), permitindo-lhes o acesso até as graduações de Sgt, quando atuariam em cargos administrativos.

A END cita eventual redução dos efetivos profissionais e de recrutas, porém observamos a falta de efetivos e a desproporcionalidade de EP x EV contradizendo estas medidas, parecendo claro que hoje temos efetivos insuficientes para as atividades de rotina, de instrução e administrativas, o que dirá para o emprego. Hoje, o EB teria necessidades do século XXI frente uma dotação de pessoal da 2ª GM aperfeiçoada. Pelo MPTEB, temos necessidades da era da informação para uma dotação de pessoal da era industrial, sejam oficiais ou praças, pois muitos encargos (comunicação social, gestão ambiental, informática etc.) não possuem cargos, surgindo ainda novas necessidades decorrentes da “Era do Conhecimento”. No intervalo entre as incorporações, a escala de serviço de guarda fica prejudicada, impactando a segurança, parecendo incompatível grande redução de efetivos, pois meios tecnológicos não substituem o homem, só aperfeiçoam procedimentos. As medidas citadas são o aumento do efetivo de temporários e de pessoal da reserva contratado, o emprego de civis, a terceirização de atividades administrativas, a racionalização administrativa, a modernização da segurança dos aquartelamentos e a administração por processos. Cada uma merece estudo aprofundado, para não

agravar o problema, já que grandes dificuldades das OM aparentam passar pela carência de efetivos. Mesmo a racionalização merece estudo, para não se incidir em uma supervalorização da tecnologia, a qual trouxe óbices aos processos de transformação de outros países, como a partir da década de 50 nas Forças Armadas dos EUA (MELCHER, 1992). Não observamos ser possível *substancial* redução de EP por racionalização administrativa/modernização de concepções e sistemas (MPTEB, 2010), pois existem demandas de pessoal antigas e novas sem previsão de cargos, bem como o baixo percentual de EP na atualidade já interfere na capacidade de pronta-resposta. Costuma-se admitir que o decréscimo dos Cb/Sd EP ocorrido depois da FT 90 (cuja proporção de EP/EV era considerada adequada à capacidade de pronta-resposta³⁶) foi devido a gastos salariais, previdência e FUSEX (Fundo de Saúde do Exército), mas ferramentas de gestão adequadas (análise de custos) poderiam refutar esta afirmação. O EV gasta mais horas de formação, energia elétrica, água, recursos, munição, combustível, uniforme, material de limpeza, atendimento médico etc, permitindo visualizarmos grandes despesas anuais com formação, desequilibrando a suposta desvantagem. Usando a percepção de investimentos, o Sd EP tem maior valor agregado do que o recruta. Falta-nos quantificar estes dados sob a ótica de investimentos, pois se “não há unidade mais cara do que a que não é capaz de combater com eficiência no momento em que é empregada” (MPTEB, 2010), as nossas unidades hoje são as mais caras, justificando os recursos a serem empregados nas transformações como investimentos para atingir capacidades determinadas pelo nível político.

Na 1ª Guerra do Golfo, a proporção foi de nove Sd em logística/apoio por combatente (CORVISIER, 1999). No Brasil de 2009, uma Bda de Infantaria Mtz incompleta possui um logístico/apoio para cada três combatentes³⁷. Muitas propostas de redução de efetivos se baseiam na total profissionalização de soldados, supostamente mais eficiente e econômica, às vezes amparadas na obra “Por um Exército Profissional” (De GAULLE, 1996), mas o que ele *realmente* disse em 1934 foi que

“Chegou o momento de *adicionar* à nossa massa de reservas e de recrutas, elemento principal da resistência nacional, porém lento em sua reunião, difícil de pôr-se em movimento e cujo esforço gigantesco não poderia replicar senão ao último grau do perigo, um instrumento de manobra capaz de agir sem demora, isto é, permanente em sua força, coerente, e bem adestrado no manejo das armas. Não é possível a cobertura da França sem um exército profissional.” (De GAULLE, 1996).

Prosseguiu calculando a necessidade de pronta-resposta em seis divisões para uma França de 543.965 km² de área e 64,4 milhões de habitantes, cerca de 153 mil h. Assim, estabelecemos dois indicadores de desempenho para cálculo de efetivos: o Índice Territorial De Gaulle (ITG) = 0,29 h/Km², e o Índice Populacional De Gaulle (IPG) = 0,24% da população total, como mínimo de efetivo profissional de um exército para a capacidade ótima de pronta resposta. O Brasil possui em 2011, pelo IBGE, a expressão geopolítica de 8.500.000 km² de área, 16.500 km de fronteiras e população total de

³⁶ PASTOR, 1996.

³⁷ Cálculo para os efetivos e condições da 8ª Bda Inf Mtz em 2010.

190.732.694 habitantes. Aplicando os indicadores, obtemos um ITG imenso, atestando o gigantismo das nossas necessidades territoriais, porém inexecutável. No IPG, obtemos 457.758 h. O EB atual tem 222.249 h (0,12% pop total), sendo 109.000 soldados (70.000 de EV), um IPG de 0,08% de Sd EP. Se desejamos “Forças Armadas compatíveis à estatura geopolítica da Nação” e temos menos da metade da nossa necessidade face à população, sem considerar EP x EV e a geografia, isso indica muito mais a ampliação do que racionalização, pois até a defasagem logística/combatentes é grande. Embora a situação da França na época, ameaçada pela guerra, possa aparentar não ser a mais adequada para a extração destes índices, as enormes questões geopolíticas brasileiras contrabalançariam isto. As extensas fronteiras territoriais e marítimas e a segurança de infraestruturas críticas necessitam grandes efetivos para a articulação de tropas. Nas condições atuais e do futuro próximo, o aumento do emprego das Forças Armadas em ilícitos transnacionais e GLO já faz sentir a necessidade de maior efetivo. Isto em situações de normalidade, o que se dirá na deflagração de um conflito, já que a maioria das grandes unidades são incompletas e as estruturas logísticas de grandes-comandos são reduzidas, sendo previstas sua ativação só em caso de crise. Geopoliticamente, o Brasil é comparado à Rússia, China e Índia. Qual o tamanho destes exércitos em relação à sua população total? Em 2003, quanto à questão territorial, a Rússia possuía 1 Sd /exército para cada 53,1 km², a China 1/ 3,42 Km², a Índia 1 /2,98 Km², e o Brasil 1 para 44,7 Km². Considerando as extensas áreas anecúmenas russas, estamos defasados geopoliticamente na proporção efetivo/área. Na questão demográfica, em 2003 a Rússia possuía 0,22% de sua população total no exército, a China 0,21%, a Índia 0,10% (porém em efetivo absoluto o exército atinge a casa do milhão de homens)³⁸. O Brasil tem hoje 0,12%. Curiosamente, a França, em 2003, tinha 0,25%, quase exatamente o IPG, em tempos de plena paz na Europa. Não seria este um indicativo da validade deste parâmetro de 0,24%?

Para 2030, a previsão é de 281.249 h no EB, um IPG de 0,15%, ainda bem abaixo dos 0,24 % da população total somente em capacidade de pronta-resposta. Ainda que consideremos que este índice valha somente para totais brutos de um exército em tempo de paz (como França, Rússia e China se aproximam), estamos hoje bem abaixo deste indicativo, apontando uma considerável necessidade de aumento de efetivos no Exército. Alguns autores o indicam perto de 0,2% (DIAS, 2011). Estimativas consagradas (CORVISIER, 1999) julgam o máximo de recrutamento possível sem prejudicar as atividades em tempo de paz sendo 1% da população total (ICP-índice Corvisier de Paz), e 10% na guerra (ICG-Índice Corvisier de Guerra), estando 0,2% longe de prejudicar a economia nacional. Quantas grandes empresas seriam? Os EUA em 2010, com duas guerras, tinham 1% da população nas Forças Armadas, ressentindo-se de capacidade de ampliação e repletamentos (LEWIS, 2010), o que poderia indicar a validade dos índices estabelecidos por Corvisier.

³⁸ DIAS, Renato Henrique Guimarães. **Tamanho é documento.** Disponível em <http://www.segurancaedefesa.com/Tamanho.html>. Acesso em 30 set 2011. Índices calculados por DIAS com base em aspectos demográficos, territoriais e de efetivos dos exércitos.

Nossa proposta é a criação de um Centro de Instrução e Formação (CIF) na estrutura organizacional das brigadas e demais grandes-unidades/ grandes-comandos do Exército (Divisões de Exército - DE, Artilharias Divisionárias - AD, Engenharias Divisionárias, Comando Militares de Área – C Mil Área, Regiões Militares - RM etc), uma nova OM centralizando a formação de soldados do SMO, selecionados em seus quartéis de origem e enviados para a instrução básica no CIF, e permitindo dedicação ao adestramento. Empregando pelotões de instrução com soldados do mesmo quartel de origem nas companhias³⁹ de instrução, preservamos o espírito de corpo, a identificação com o grupo primário (KELLETT, 1989) e com o escalão brigada, o qual atualmente talvez somente exista em tropas especializadas (Pqdt, Aeromóvel). A centralização de meios de simulação de tiro (armamento individual e coletivo) e formação de motoristas⁴⁰ possibilitaria maior rendimento e economia, sendo a simulação construtiva de combate (jogos de guerra) também aplicada pelo CIF, desonerando as grande-unidades. Uma Seção de Doutrina e História Militar permitiria a capilarização do sistema de doutrina no escalão brigada, registrando as manobras e simulações de combate em lições aprendidas, elaborando relatórios e experimentações, reduzindo a distância entre a teoria e a prática, legando ensinamentos às gerações futuras e girando o ciclo de produção da doutrina militar, pois

O Sistema de Doutrina será o motor da transformação da Força Terrestre, tornando-se atividade geradora da cultura institucional, dando consistência à atividade de preparo e emprego, conduzindo a Instituição à obtenção da “expertise” na atividade-fim.(Manual do processo de Transformação do Exército, 2010).

A formação de pessoal temporário também seria centralizada no CIF em um Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) e um Curso de Formação de Sargentos Temporários, atendendo também os efetivos formados na tropa (Estágio de Adaptação ao Serviço- EAS, para Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários; Oficiais Técnicos Temporários – OTT, Capelães e Sgt Técnicos Temporários) e a formação de Sargentos da Escola de Sargentos das Armas (1º ano).

Para a demanda de um “Serviço de Administração”, a criação de dois novos Quadros de carreira permitiria aos combatentes maior dedicação ao preparo/emprego. O Quadro de Auxiliares Administrativos e Motoristas (QAAM), mediante concurso, atenderia a demanda de motoristas de Vtr pesadas e blindadas através de uma parcela de soldados de carreira. Já possuidores da CNH categoria “D”, assumiriam os claros técnicos e de motoristas de viaturas (Vtr) pesadas (blindados, caminhões, máquinas de engenharia etc), possibilitando a promoção até 2º/1º Sgt, quando passariam para a administração (auxiliares das Seções do Estado-Maior, logística etc). Assim, atenderíamos a demanda de Sd capacitados nos modernos meios e materiais militares, agregando funções exercidas no longo prazo e a perspectiva de um plano de carreira, sendo sua formação nos CIF. Uma solução mista de Sv

³⁹ Uma Subunidade (Companhia, Esquadrão ou Bateria) incorporada (integrante de um Batalhão, Regimento ou Grupo) é comandada por um Capitão e tem em média 150 homens de efetivo, um Batalhão de 400 a 600 homens e uma Bda entre 4 e 6 mil homens.

⁴⁰ O credenciamento de pessoal do CIF, integrantes de uma Seção de Formação de Condutores, junto aos órgãos de trânsito, permitiria inclusive fornecer a CNH aos Sd oriundos do SMO, o que agregaria valor à formação, estímulo ao voluntariado e oportunidades na desmobilização, resolvendo diversas questões de uma só maneira.

Mil, sem adotar modelos prontos, própria, de concepção nacional, já era indicada em trabalhos da ECEME (CANEPELLE, 1989). O Quadro de Oficiais Auxiliares Administrativos (QOAA) aproveitaria por concurso interno os 2º Sgt com curso superior, promovendo-os a oficial depois de um período de formação focado na administração pública federal e militar, integrando oficiais e praças em atividades administrativas do corpo de tropa⁴¹. O Sv alternativo civil, caso aprovado, funcionaria no CIF, o qual também recepcionaria voluntários não atendidos por ocasião da sua classe do SMO.

Algumas modificações seriam necessárias no ciclo de instrução. A Fase de Instrução Básica teria a duração de 4 a 5 meses, agregando à instrução individual as instruções comuns a todas as frações na Fase de Qualificação e a do armamento coletivo, qualificando todos os Sd na maioria do material coletivo (comunicações, GPS etc). O Projeto soldado-cidadão, um curso profissionalizante com fins de desmobilização, se realizado no Básico, permitiria sua aplicação ainda em serviço. Estas medidas desenvolveriam nos Sd as características exigidas pela PDN para forças versáteis, flexíveis e leves, aptas a cumprirem diferentes missões. Um curso profissionalizante na formação desenvolve capacidades úteis para o Sv Mil conforme a END, facilita a desmobilização e estimula o recrutamento e o voluntariado. Incorporando ao SMO o atrativo da CNH e um curso técnico-profissionalizante, traríamos também benefícios para a sociedade.

Atualmente, o ano de instrução é dividido em dois períodos, o Período de Instrução Individual (Básica e de Qualificação) e o Período de Adestramento (Pelotão, SU, Unidade e Grande-Unidade), totalizando 9 meses. A formação centralizada reduziria a qualificação, permitindo aos Sd integrarem diretamente suas frações no retorno às OM, pois a qualificação seria a fase inicial de instrução da OM. Nos EUA, o curso básico é de 8 semanas (complementado por mais 8 a 12 semanas) e no Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil a formação é de 5 meses, sendo depois os Sd enviados para a tropa. Os CIF existiriam em todas as grandes-unidades (GU) e grandes-comandos, adaptados às suas realidades e necessidades. No caso de conflito, a mobilização, formação, recompletamento e parte da desmobilização continuariam sendo feitas nos CIF para cada GU/Grande-Comando, evitando-se centros de recompletamento ou de formação desvinculados das tropas, criando substitutos sem ligação com sua região geográfica e unidades, comprometendo a eficiência e o poder de combate. (KELLET, 1987; AMBROSE, 2006). Nos locais em que não pudesse ser realizado este sistema (guarnições isoladas na Amazônia, Bdas com dificuldade de concentrar pessoal etc.), existiriam núcleos de formação de soldados, uma Cia *a mais* destinada para isso, porém fora da estrutura de combate.

Alterações nas bases do Sv Mil são impositivas, sendo este um dos eixos estruturantes da END. Para atender aos excedentes dispensados do SMO, mas aptos a servir, é viável uma ampliação no limite de idade até os 24 anos para os voluntários que não tenham sido atendidos no ano da sua classe, sendo formados pelo CIF no semestre que não recebe Sds do SMO, permitindo dois turnos anuais de

⁴¹ Referências ao acesso ao oficialato por praças, expansão dos NPOR e expansão dos tiros de guerra como ampliação das reservas mobilizadas são citadas em diversos trabalhos monográficos da ECEME das décadas de 70, 80 e 90, como em SANTOS, 1988 (p. 22), LINDENBERG,1970 (p. 3-5).

formação e evitando o decréscimo de reservas mobilizáveis. Estas medidas, aliadas à formação de motoristas e em outras habilidades técnicas (informática, eletricidade, mecânica de automóveis, organização de depósitos e arquivos etc) agregaria valor ao SMO, atrairia pessoal e facilitaria a desmobilização, criando as capacitações para ampliação da mobilidade tática e estratégica. As alterações na duração do ciclo de preparo e emprego podem ser definidas em função dos tipos de OM, localização, conjunturas e outros fatores (MPTEB, 2010). Uma das formas de operacionalizá-las seria assegurar a permanência dos Sd pelo tempo total do SMO (12 meses), acabando-se com as inconvenientes três levadas de baixas (desincorporação). O aumento de efetivos EP diminuiria os efetivos formados pelo CIF e ampliaria a capacidade de pronta-resposta das Bda. A proposta da década de 90 era de 75% de EP (SALVANY, 1992), acreditada como dosagem mínima, pois o dado médio de planejamento é que uma unidade perde seu poder de combate⁴² após baixas de mais de 30%. Algumas Bda receberiam os Sd do CIF no início do ano, outras no meio do ano, sendo algumas OM dotadas de 100 % de Cb e Sd EP. A cada biênio/triênio uma Bda de cada DE teria 100% de EP, permitindo tropas para pronto emprego em várias partes do Brasil ao longo do ano, respondendo a “o que faríamos se necessitássemos empregar uma OM fora do período de instrução” (MPTEB, 2010).

A divisão de ciclos por brigadas favorece o emprego delas como um todo, sem ajustes de efetivos ou recompletamentos estranhos às suas OM, mantendo a integridade tática e o espírito de corpo e capacidade estratégica de pronta-resposta. Em praticamente todo o emprego de tropa desde o Brasil Império (Guerra da Tríplice Aliança, Canudos, Contestado, FEB, pacificação do Complexo do Alemão etc) ocorreu – e ocorre – a necessidade de se deslocar efetivos para completar as unidades. Com o CIF, esta necessidade pode ser reduzida, pois teríamos sempre relativa capacidade de pronta-resposta em todas as Bda. O detalhamento destes ciclos merece estudos mais detalhados, porém a criação dos CIF e as medidas propostas respondem, pelo menos parcialmente, a diversas questões levantadas pelo MPTEB, sendo mais vantajosa a dissociação no escalão brigada por algumas razões:

1- A brigada é o menor escalão que permite o emprego tático e logístico de forma sistêmica;

2-A formação centralizada, com seleção inicial nas OM e preferencialmente no município sede, permite a manutenção da influência do “grupo primário” e o espírito de corpo na brigada, equilibrando motivação individual e de grupo;

3-Permite planejar os ciclos de instrução de forma a ter sempre GU prontas para atuar e desonera as OM da formação do Sd do SMO e de Of/ Sgt Temporários;

4-O atual ano de instrução na OM não atenderá mais as necessidades do EB de 2030;

5-A dissociação em níveis diferentes (centros de instrução fora do módulo de combate) foi usada em outros países e épocas, com danos à eficiência e moral da tropa (KELLET, 1989);

⁴² Isso significa que se uma Brigada perde mais de 30% do efetivo, não podemos contá-la como uma Bda. Logo, se as Bda não têm mais de 70% do efetivo em condições de combate em tempo de paz, ela não teria capacidade de pronta-resposta.

7-A padronização da instrução, centralizando recursos, meios e material de emprego militar permite maior rendimento, eficácia, economia e qualidade;

8-Ativa desde o tempo de paz estruturas de mobilização e desmobilização;

9-A dissociação no escalão grande-unidade de combate já foi usada pelo Império Romano nas suas legiões, sendo suas contribuições estratégicas permitir a capacidade de pronta-resposta dos módulos brigada e manter a formação de reservas para o princípio da elasticidade.

Ao atribuir o fundamento da atuação do Estado brasileiro em relação à Defesa a obrigação de contribuir para a elevação do nível de segurança do País, seja em tempo de paz ou em situação de conflito, a PDN sintetiza o pensamento clássico dissuasório, numa roupagem nova à frase “se queres a paz, prepara-te para a guerra”. A PDN, ao definir a expressão militar do País como fundamentada na capacidade das Forças Armadas e no potencial dos recursos nacionais mobilizáveis, completa esta perspectiva dissuasória. As diretrizes da PDN, mantendo forças estratégicas em condições de emprego imediato e aprimorando a vigilância e defesa das fronteiras, equilibram os “três princípios”, o que faltou ao Império Romano. Ao ressaltar como fundamental o desenvolvimento da mentalidade de defesa na sociedade brasileira, faz o mesmo apelo de Vegécio aos cidadãos romanos, e ao citar a necessidade de garantir recursos suficientes e contínuos que proporcionem condições efetivas de preparo e emprego das Forças Armadas e demais órgãos envolvidos na Defesa Nacional, em consonância com a estatura política-estratégica do País, indica a necessidade de dotação orçamentária adequada. A END, Ao considerar todo o Exército uma vanguarda, reestruturando o módulo de combate no escalão brigada, atende conceitos estratégicos clássicos e transcendentais. Nos eixos estruturantes da END, um se refere à presença (reorganização das FA), e outro ao militarismo cívico (ampliação e valorização do Sv Mil). Os imperativos da flexibilidade e elasticidade foram critérios adotados pelos romanos. A EBF baseia-se em um pressuposto dissuasório. O SMO como nivelador republicano incorpora assertivas de Olavo Bilac e sua manutenção apresenta o vínculo formal com a estrutura de necessidade de participação obrigatória do cidadão na defesa do Estado.

Uma materialização destes reflexos se verifica comparando a articulação de forças brasileiras e romanas, pois nas regiões de amplos horizontes, como nos desertos do Oriente, postaram-se tropas inteiras na fronteira, escalonadas como na Região Sul do Brasil atualmente. Nas fronteiras de florestas conflituosas ao norte da Europa, usaram pequenos efetivos à frente, tropas aprofundando as posições e bases maiores à retaguarda, como na distribuição dos Pelotões Especiais de Fronteira na Amazônia.

5 CONCLUSÃO

O pensamento militar ocidental, baseado na dissuasão e no axioma de se estar sempre preparado para a guerra, valida a continuidade do SMO no Brasil, sendo subsídio para melhorias no processo de transformação. A dissociação no escalão brigada por meio dos CIF nas GU encontra um meio termo na utilização do SMO com o aproveitamento de um percentual de Sd profissionais (de carreira), do

aumento de percentuais de EP nas OM, da criação de novos Quadros e do aproveitamento do voluntariado especial. A solução ideal é complexa e difícil (CANEPELLE, 1989), mas procurando o ponto de equilíbrio entre o SMO aperfeiçoado na estrutura dos CIF e o puro voluntariado profissional, julgamos poder encontrar uma solução, não fácil, mas adequada à complexidade do problema. Este modelo de formação de soldados, utilizado com sucesso pelos romanos por centenas de anos, possibilitou capacidades estratégicas de pronta-resposta e elasticidade aos seus exércitos. Sendo a concepção da nossa documentação de defesa embasada em princípios estratégicos de dissuasão, talvez uma solução assemelhada também nos seja adequada.

Confirma-se a hipótese da presença de reflexos do pensamento militar romano no MPTEB, presentes desde a PDN, no pensamento militar brasileiro, de forma esparsa, e no pensamento de militares brasileiros desde o século XIX, na República. Surgidos de iniciativas individuais ou de oportunidades institucionais assistemáticas, estão não só no SMO, mas em concepções estratégicas diversas, no militarismo cívico e em preceitos de dissuasão. Este pensamento é difuso, certamente não é autóctone, mas oriundo de obras e práticas militares observadas ao longo do tempo em outras nações e exércitos, adaptando-as ao Brasil. A partir da PDN, formulação de um discurso de Estado sobre o pensamento militar brasileiro, podemos falar da sistematização de um pensamento brasileiro de defesa, trazendo para o campo político, de razão de Estado, aspectos do pensamento militar ocidental dissuasório sob a ótica nacional. Antes, tínhamos um pensamento militar brasileiro episódico, esporádico, e um pensamento dos militares brasileiros. Está em gestação um modelo de transformação similar ao processo de Hermes, atualizado, mas o esforço de comunicação social e político-orçamentário necessitaria ser implementado. Permanece, porém, a ideia da facilidade de mobilização e da otimização/racionalização/diminuição de efetivos por medidas diversas. Estas percepções podem ser melhor analisadas pelo estudo do pensamento militar ocidental e de exemplos históricos, aperfeiçoando-as, pois algumas tendências refletem estruturas de transformação já testadas e tendendo à supervalorização da tecnologia, gerando redução de efetivos. Pelos indicadores de desempenho estabelecidos com base em De Gaulle, os efetivos para capacidade de pronta-resposta do Exército estariam abaixo da necessidade para a estatura geopolítica da Nação. Para a obtenção das capacidades estipuladas pelo nível decisório político, o discurso orçamentário indicado para o convencimento da sociedade e dos decisores políticos deveria se ater à concepção de investimentos e não a gastos militares, demonstrando ainda que estes planejamentos, estratégicos ou doutrinários, são embasados em critérios das ciências militares, tão científicas quanto qualquer outra área do conhecimento.

Na nossa história e geopolítica, enfrentamos problemas similares aos romanos, encontrando soluções semelhantes e por vezes incidindo nas mesmas falhas. Apesar deste delinear cronológico, a percepção da necessidade de defesa alicerçada no conceito de dissuasão, basilar no pensamento militar ocidental, ainda é incipiente na nossa sociedade e mesmo, quanto à sua origem histórica, no meio militar, indicativo para o estudo da obra de Vegécio por militares e civis interessados em defesa. De

per si, a presença de aspectos do pensamento militar ocidental de dissuasão permeando o discurso do pensamento brasileiro de defesa já parece justificar o estudo desta linha de pensamento, a qual permitiria um maior entrosamento entre defesa e sociedade e o entendimento do equilíbrio entre as noções de “hard power” e “soft power”.

Aquiescendo com a assertiva de a guerra ser um fato, antes de ser um valor (POLIN, apud CORVISIER, 1999, p. 19), e com a importância de a história militar contribuir para a formulação de estratégia e doutrina, renovamos a fé na instituição Exército Brasileiro, na medida em que este trabalho sirva de subsídio para um modelo de dissociação do preparo/emprego na formação dos soldados e uma plataforma para interação com as pessoas interessadas no tema Defesa em nosso País, pois como disse Vegécio, “*SI VIS PACEM, PARA BELLUM*”.

REFERÊNCIAS

- AMBROSE, Stephen . **Soldados cidadãos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006. 630 p.
- ANTUNES, M. **O SMO: uma proposta de racionalização**. Rio de Janeiro: ECEME, 2006. 42 p.
- BAPTISTA, R. C. **O Exército e a sociedade e a conveniência do SMO, benefícios para a Força Terrestre e para a sociedade**. Rio de Janeiro: ECEME, 1993. 40f.; 30 cm.
- BARBOSA, A. **O atual recrutamento para o exército e suas implicações**. Rio de Janeiro: ECEME, 1970. 33f; 30 cm.
- BELLAVIA, David. **De casa em casa em Fallujah**. 1ª ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2008. 279 p.
- BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. 2005. Disponível em: www.esg.br. Acesso 17 fev 2010.
- _____. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2008. Disp. em: www1.defesa.gov.br . Acesso 10mar 2010.
- _____. **Estratégia Braço Forte**. Disp. em: <http://www.exercito.gov.br>. Acesso 12 jan 2010.
- _____. **Manual do Processo de Transformação do Exército**. 2ª ed. 2010. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/web/guest/transformacao-do-exercito>. Acesso em 15 fev 2010.
- _____. Ministério da Defesa. **C 124-1: Estratégia**. 3ª ed. Brasília, DF, 2001.
- _____. Estado-Maior do Exército. **C 20-1: Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército**. 3 ed. Brasília, DF, 2003.
- BRIZZI, Giovanni. **O guerreiro, o soldado, o legionário: os exércitos no mundo clássico**. São Paulo: Madras Ed., 2003. 155 p.
- CANEPELLE, J. **Soldado profissional ou conscrito voluntário?** Rio de Janeiro: ECEME, 1989. 49 f.
- _____. Serviço militar obrigatório: vantagens, desvantagens e conseqüências de sua possível extinção. Rio de Janeiro: ECEME, 1999. 36 f.
- COELHO, E. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense – Universitária Ltda. 1976.
- CORVISIER, André. **A Guerra: ensaios Históricos**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1999.372 p.
- COUTINHO, J. **O SMO: necessidade de atualizar a legislação**. Rio de Janeiro: ECEME, 1988.
- DAWSON, Doyne. **As origens da Guerra no Ocidente**. ? ed. BIBLIEX., 1999. 330 p.
- DIAS, R. **Tamanho é documento**. Disp ://www.segurancaedefesa.com/Tamanho.html. 30 set 2011.
- EFFLAND, Scott. **Unidade de ação: Organização da Brigada de Combate para futuras guerras**. Military Review, p. 12-19, nov-dez 2010, ed. brasileira, Fort Leavenworth, Kansas.
- ERDKAMP, P. (ed). **A companion to the Roman Army**. 1ª ed. Oxford: Blackwell Ltd, 2007. 574 p.
- ESTRATÉGIA Nacional de Defesa, é mesmo? Disp: <http://www.imil.org.br> 8 p. Acesso 29 mar 2010.
- FERRILL, A. **A queda do Império Romano: A explicação militar**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1989. 178 p.
- FILHO, Orlando E. **Soldado profissional ou voluntário?** A Defesa Nacional, 1º Quadrim. de 2007.
- FONSECA, R. Piragibe da. **A ressurreição do Exército Nacional através da reforma de 1908**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1974.96 p.

FULLER, J. F. C. **A conduta da guerra**. 2. ed. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2002. 330 p.

GAULLE, Charles De. **Por um exército profissional**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996. 141 p.

KELLETT, Anthony. **Motivação para o combate**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1987. 384 p.

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. **O Serviço Militar, democracia e defesa nacional: Razões da permanência do modelo de recrutamento no Brasil**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – USP, São Paulo, 174 p.

_____. **Serviço Militar: relações com a cidadania, a democracia e a modernização das Forças Armadas**. Segurança e defesa nacional, da competição à cooperação regional. Org Eliézer Rizzo de Oliveira. SP, 2007, Fundação Memorial da América Latina. 288 p.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. 5ª ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005. 427p.

LEWIS, R. **O Serviço Militar Obrigatório, a República e o futuro dos EUA**. *Military Review*, p. 73-83, jan-fev 2010, ed brasileira, Fort Leavenworth, Kansas.

MAQUIAVEL, N. **Escritos políticos e a Arte da guerra**. ? ed. São Paulo: Martin Claret Ed., 2005.

MAUSS, Rudimar Lacerda. **Soldado profissional ou conscrito voluntário**. 1996. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos Militares) ECEME. Rio de Janeiro, 1996.

MELCHER, F., SIEMER, C. **How to build the Wrong Army**. *Military Review*. Fort Leavenworth KS: Set. 1992. p. 66-76.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2009. 1ª edição (2007). 255 p.

McNAB, C. **The Roman Army: The greatest war machine of the Ancient world**. Great Britain: Osprey, 2010. 280 p.

MINUSSI, L. C.; RAMOS, M. O. **Serviço militar voluntário: repercussões para o Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: ECEME, 1994. 52f.; 30 cm.

MOITA, Sandro T. **O impacto da Batalha de Adrianópolis no Império Romano sob a ótica da História Militar**. Niterói, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso, UFF. 64 p.

O GLOBO, **crise faz que alistamento seja recorde nos EUA**. Rio de Janeiro, 15 out 2009.

PASTOR, J. Q. **Exército de conscritos/ Exército profissional – a reestruturação de 90 - uma solução equilibrada**. TCC (Altos Estudos Militares) ECEME. Rio de Janeiro, 1996.

SAVIAN, E. J. ; LACERDA, Paulo H. **Manual Escolar de História Militar Geral**. 1. ed. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2008. 367 p.

SALVANY, Ivo D. **Formação de reservistas e a necessidade de implementar-se a capacidade operacional da Força Terrestre brasileira**. Rio de Janeiro: ECEME, 1992. 39 f.

SENA, Davis. **SMO e/ou profissionalização do Exército**. A Defesa Nacional, Nr 768. Rio de Janeiro: abr. / jun 1995. p. 23-37.

SANTOS, José Carlos Rezende de Seabra. **SMO: incentivo ao recrutamento voluntário e redução do tempo de serviço militar inicial como forma de diminuir os gastos na formação de reservas**. Rio de Janeiro: ECEME, 1988. 45p.; il.; 30 cm.

SILVA, G.. **Repensando o Império Romano**. ? ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. 301 p.

TOSTA, W. **Ministério quer lei para garantir investimentos**. O Estado de São Paulo 13 abr 2011.

TORRES, Iuri de castro. **Com vocação para servir**. Folha de São Paulo 29 mar 2010.

TREVISAN, L. **O Pensamento Militar Brasileiro**. ebooksBrasil.com. Rio de Janeiro, 2000.

VEGÉCIO, Flávio Renato. **Epítome da Arte Militar**. In: MAGALHÃES, J. B., **Estudo histórico sobre a guerra antiga**. 2. ed. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2006. 360 p.

VIDEOGAME: Exército americano montou um centro de jogos eletrônicos para recrutar jovens, uma forma de promover o alistamento voluntário. **Grandes Guerras**. v. 33, edição 33, p. 68, mar 2010.